

AFROPERSPECTIVAS EM SAÚDE: UM OLHAR PARA AS DEMANDAS DA POPULAÇÃO PRETA E CUIR

AFROPERSPECTIVES IN HEALTH: A LOOK AT THE DEMANDS OF THE BLACK POPULATION AND CARE

Anderson dos Santos Alves de Abreu¹
Marcos Nascimento²

RESUMO

Esse artigo apresenta reflexões a partir de uma pesquisa realizada no marco de uma iniciativa da Fundação Oswaldo Cruz voltada para a formação de jovens-pesquisadores-ativistas-periféricos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com bichas pretas sobre suas práticas sexuais durante a pandemia do covid-19 na cidade do Rio de Janeiro (2020-2021). A pesquisa buscou entender as especificidades da articulação entre juventude, sexualidade, raça e território, com foco nas bichas pretas que vivem no Morro da Providência, região central da cidade. As escolhas que definem esse percurso da produção de conhecimento são compreendidas como um marcador do sujeito ético-político na produção científica: afrocentrada, preta e cuir. Os resultados revelam a imbricação entre raça, sexualidade e território na produção das identidades, práticas sexuais e acesso à saúde.

Palavras-chaves: juventude; sexualidade; bichas pretas; cuir.

112

ABSTRACT

This article presents reflections based on research within the framework of an Oswaldo Cruz Foundation initiative aimed at training young researchers-activists-peripherals. This is qualitative research with black queers about their sexual practices during the covid-19 pandemic in the city of Rio de Janeiro (2020-2021). The study sought to understand the specificities of the articulation between youth, sexuality, race, and territory, focusing on black queers who live in Morro da Providência, the central region of the city. The choices defining this knowledge production path are markers of the ethical-political subject of scientific output: Afro-centered, black, and caring. The results reveal the overlap between race, sexuality, and territory in the production of identities, sexual practices, and access to health.

Keywords: youth; sexuality; black queer; queer.

¹ Doutorando em Educação em Ciências e Saúde - Universidade Federal do Rio de Janeiro – (PPGECS - NUTES UFRJ), Mestre em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – (PPGEDUC UFRRJ IM) e Graduado em Pedagogia Plena Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – (FEBF UERJ). e-mail: alves.andersonking@gmail.com.

² Doutor e Mestre em Saúde Coletiva (IMS/UERJ), atualmente é pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (IFF/FIOCRUZ) e docente do Programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira. e-mail: m2nascimento@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A ideia dessa pesquisa é fruto da minha experiência como bicha preta, moradora do Morro da Providência, considerada a primeira favela da cidade do Rio de Janeiro e, na época, mestrando em Educação Contextos, Contemporâneos e Demandas Populares, PPGEDuc da UFRRJ. Além disso, faço parte de um coletivo negro LGBTQIAP+ denominado “É menino ou menina?”, que busca promover discussões em torno das intersecções de raça, gênero e sexualidades, a partir das experiências de pessoas negras LGBTQIAP+.

A partir da minha aproximação com a área da saúde, como bolsista do Instituto Nacional de Infectologia da Fundação Oswaldo Cruz, atuando em pesquisas clínicas voltadas para a saúde de travestis e pessoas trans sobre uso da Prep (Profilaxia pré-exposição ao HIV), tomei conhecimento de uma iniciativa institucional chamada Agenda Jovem Fiocruz (AJF)³. A Agenda Jovem Fiocruz (AJF) “é uma plataforma colaborativa voltada para as juventudes brasileiras que articula temas do Sistema Único de Saúde (SUS) com a Política Nacional da Juventude”, e está vinculada à “Presidência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com o suporte institucional da Coordenação de Cooperação Social”. Nesse sentido, pude realizar uma investigação na segunda edição do programa “Jovens Investigadores” em que a equipe responsável de mentores buscaram “estimular e valorizar o conhecimento dos jovens com os jovens, sobre os jovens e para os jovens, de modo a fortalecer suas capacidades de reflexão e ação de maneira criativa”.

Uma das propostas da AJF é articular o ativismo à produção de conhecimento, a partir do trabalho de mentoria com jovens pesquisadores e ativistas que vivem e atuam em territórios periféricos. O trabalho de mentoria é realizado por pesquisadores e pesquisadoras da Fiocruz e busca orientar os/as jovens pesquisadores na produção de conhecimento engajado e situado sobre seus territórios, articulando pesquisa e ativismo como um processo ético-político, como parte do projeto “*Jovens Investigadores em Saúde e Juventude*”.

³ Link do portal Agenda Jovem Fiocruz: <<https://portal.fiocruz.br/agenda-jovem-fiocruz>>

A construção de processos participativos e colaborativos que possam trazer a voz do jovem para a discussão da saúde pública como um sujeito de direito, e não uma pessoa a ser tutelada, é um desafio anterior à pandemia. Não só as políticas públicas de saúde em seus diferentes níveis precisam defender tal paradigma, como este deve ser desvelado nas práticas cotidianas do trabalho e cuidado em saúde, ou seja, os serviços e profissionais de saúde também precisam ser abertos e permeáveis às necessidades de saúde deste segmento populacional, sobretudo em relação à escuta. (Sobrinho; Abramo; Villi, 2022)

Desde o início, minha ideia de investigação era pensar com as bichas pretas (me refiro aquelas que detêm das marcas da negritude e da trans e homossexualidade, que performam uma femilidade e se constituem em contextos periféricos), questões relacionadas a práticas sexuais durante a pandemia de COVID-19. Muito conhecimento foi produzido sobre a pandemia, incluindo os desafios enfrentados por jovens nos anos de 2020-2021. Pesquisas nos mostram os inúmeros desafios a que esta população esteve exposta em termos de acesso à saúde, práticas de prevenção, agravos em saúde mental, dentre outros (Sobrinho et al, 2023).

Pensar sobre a sexualidade de grupos tradicionalmente marginalizadas e estigmatizadas como as bichas pretas, ainda se faz necessário, sobretudo em contextos periféricos em que a lgbtqiafobia e o racismo se encontram no cotidiano destes jovens. Nessa direção, esse texto pretende apontar algumas reflexões, a partir das entrevistas realizadas e da minha experiência como jovem pesquisador e como bicha preta, usuária do SUS e moradora de uma favela carioca.

1. PROCESSO DA PESQUISA

O Morro da Providência, de onde veio o uso do termo favela, é um lugar privilegiado de memória para a história das favelas e da cidade. Situada em uma zona centralizada, que chamamos de “central”, o Morro da Providência vem servindo historicamente, junto com o conjunto de colinas da região, como divisor entre o centro da cidade e a área portuária (Rabha, 2006), região conhecida como Pequena África, onde ainda resiste uma população afro indígena.

O campo de atuação como educador social e pesquisador-aprendiz é a favela, o território em que estou inserido. Minha intenção é perceber, a partir dessa pesquisa, realidades e vivências que nos aproximam e nos conectam. Podemos dizer que a cidade do Rio de Janeiro entrou definitivamente no mercado internacional de organização de grandes eventos internacionais. “Em um curto espaço de tempo, de menos de uma década, a cidade organizou ou está se preparando para organizar os principais grandes eventos existentes” em busca de uma tendência relacionada do que chamam de “visibilidade internacional” (Gonçalves, 2013). A cidade se configurou como um “laboratório privilegiado” para se compreender os impactos sociais e urbanísticos da organização de eventos como os Jogos Olímpicos em 2016.

Desse modo, nota-se um aumento gradativo de pessoas se deslocando de outras regiões em busca de moradia no que chamamos de “cidade” ou “centro do Rio”, percebe-se hoje, que o acesso às informações, aos serviços públicos, e as movimentações artísticas e culturais circulam em territórios específicos e, o Morro da Providência, é uma das favelas escolhida a dedo para realização de projetos sociais.

No entanto, é possível observar a quantidade de institutos e ONG na comunidade, pois, trata-se de um território fértil de possibilidades e na “mira” de grandes empresas e instituições que fomentam ações sócio territoriais. O turismo e o turista também consomem e reforçam os estigmas perpetuados na história e memória dos povos escravizados que chegaram vivos na zona portuária.

2. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Entre agosto e novembro de 2021, realizei quatro entrevistas com bichas pretas moradoras do Morro da Providência. Essas interlocutoras foram contactadas por mim, por meio de minhas redes comunitárias e as entrevistas foram realizadas em local de conveniência para cada uma das entrevistadas, garantindo dessa forma a sua privacidade. Em média, as entrevistas tiveram duração de 40-60 minutos e foram gravadas e posteriormente transcritas para serem analisadas a partir de conteúdos temáticos que emergiram (Ferreira; Nascimento,

2022). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa de Brasília da Fiocruz, com o número de CAAE 25920319.8.000.5248.

O desenho da pesquisa foi pensado de modo que as entrevistas fossem conduzidas de forma confidencial e acolhedora. Elaboramos um roteiro de entrevista, semiestruturados e que incluiu os seguintes tópicos: a) informações sócio demográficas; b) práticas sexuais durante a pandemia do covid-19; c) cuidado com saúde.

Dessa forma, foi possível reunir uma gama de informações relacionadas as pessoas negras LGBTQs: informações pessoais de cunho sociodemográfico (ver quadro 1) e relatos sobre práticas sexuais durante a pandemia do COVID-19, 1) experiências de sociabilidade, de racismo e de acesso a serviços de saúde. 2) a seguir apresentamos algumas reflexões produzidas a partir das narrativas das entrevistadas que versam sobre dois eixos mais amplos suas experiências de ser uma LGBTQ, preta e favelada e; 3) sobre a sexualidade em tempos de pandemia.

Quadro 1: Informações sociodemográficas

ID	IDA	IG	OS	ESC	LM	OCUPAÇÃO	ETNIA	RENDA
E1	28	HOMEM-CIS	GAY	SUPERIOR CURSANDO	MP	COSTUREIRO / ESTUDANTE	NEGRO	Até R\$ 1.000,00
E2	29	HOMEM-CIS	GAY	SUPERIOR COMPLETO	MP	PROFESSOR – ED. BÁSICA	PARDO	Até R\$ 2.500,00
E3	24	NÃO BINÁRIO	BISSEXUAL	SUPERIOR CURSANDO	MP	ESTAGIARE STILLYNG	NEGRO	Até R\$ 1.500,00
E4	25	MULHER TRANS	HÉTERO	ENSINO MÉDIO	MP	VM / VENDEDORA	NEGRO	Até R\$ 2.500,00

ID = Identificação; IDA = Idade; IG = Identidade de Gênero; OS = Orientação Sexual; ESC = Escolaridade; LM = Local de moradia; MP = Morro da Providência.

Como devolutiva da pesquisa, propus a gravação de um podcast, disponibilizado em uma plataforma (*Soundcloud*) gratuita para acesso.

3. CORPOS EM MOVIMENTO: EXPERIÊNCIAS DE RACISMO E HOMOTRANSFOBIA

Uma das minhas inquietações era como esses corpos se relacionam e interagem na cidade, mas especificamente na região central do Rio de Janeiro, buscando compreender como essa sociedade (homofóbica, racista e transfóbica) lida com esses “corpos em movimento”, sendo uma região de muitas memórias ancestrais e, também de muita circulação e passagem. Vemos que as bichas pretas experimentam situações de racismo e de homofobia no seu cotidiano. Desde a sua circulação pela cidade até os aplicativos para relacionamentos e/ou encontros sexuais, são permeados por referências a desigualdades e discriminações.

Mais normativas, assim, eu diria, né? Mais performando a sua heterossexualidade. Então eu acho que sim, **tem a homofobia mesmo nesses aplicativos de relacionamento, tipo grindr, e o racismo, ele é predominante diariamente.** (E3, grifo meu)

Tinha mesmo. Até porque é isso, né, **a gente tá falando de uma travesti preta, que, tipo, coloca outros arquétipos de beleza, tipo de feminilidade, que pros homens**, por exemplo, se você for travestir, você tem que ser mulher. E aí, tipo, ou você é mulher, e eles te colocam nesse lugar de passiva e mulher, ou você não é travesti, tá entendendo? (E4, grifo meu)

117

Nota-se que as bichas pretas são aquelas que são vistas a todo tempo como um problema que não merece investimento, incluindo o afetivo. A partir do relato das E4 e E3 podemos entender como o racismo opera nas redes sociais e principalmente nos aplicativos de relacionamento, embora, a E4 tenha apontado para seu processo de transição (de bicha preta para travesti), destacando que seu enfrentamento diário também está atrelado ao fato de estar cada vez mais feminina.

Isso não nos deixa negar que, de alguma forma, o preterimento e a solidão que está posto para pessoas negras LGBTQIP+ que escapam da norma binária de gênero. Afirmando, portanto, que as intersecções de raça, gênero e classe “mantêm privilegiados e restritos os gays brancos, cis, de classe média e masculinizados” (Ferrari, 2021).

3.1. A pandemia do COVID-19 frente às desigualdades sociais

Destaco o isolamento durante a pandemia do covid-19 como um analisador importante nessa investigação:

Eu acho que a pandemia foi um momento... o momento mais ansioso da minha vida. Assim, eu consigo lembrar, inclusive, de um episódio de crise, mesmo, de ansiedade, assim, de falta de ar, de palpitação e um sentimento muito doido, assim. E que, na verdade, acho que é uma coisa que já acompanha de um tempo, **mas eu acho que ficou bem mais intenso durante a pandemia por conta, acho, da solidão**. A cabeça a mil, pensando em tudo ao mesmo tempo. Medo de perder as suas pessoas, o medo de acontecer alguma coisa com você mesmo, enfim. **Foi um momento, para a saúde mental, bem... pesado**. (E4, grifo meu)

Com esse sentimento, penso no acesso da população negra LGBTQIAP+ aos serviços primários de saúde, considerando o racismo e a lgbtqiapfobia enraizado nesses ambientes (Soares, 2018).

118

Acho que eu tinha muito medo de ir ao médico por todas essas questões assim, sabe? E hoje, na verdade, eu faço um acompanhamento muito sério. Pelo menos de seis em seis meses eu faço um exame de sangue, vejo como eu tô. E não só sobre o HIV, mas sobre a minha saúde de uma maneira geral. Então, hoje, eu me considero bem mais saudável do que há anos. (E1)

Algumas participantes relatam também a presença do estigma relacionado ao HIV/Aids, neste aspecto, cabe mencionar a estigmatização da população LGBTQIAP+ reproduzida por alguns profissionais de saúde. Tanto jovens homossexuais quanto travestis mencionaram a falta de cuidado dos/as profissionais de saúde e diagnósticos precipitados e protocolos que geram desconfortos e constrangimento (Ferreira e Nascimento, 2023).

3.2. Práticas sexuais: entre riscos e prazeres

Percebemos um hibridismo no uso de tecnologia de aplicativos e no acesso à sites adultos, não só para localizar parceiros, como também para iniciar conversas até chegar num encontro sexual. Os dados nos apresentam que todas as participantes tiveram relações sexuais durante a pandemia do covid-19 com sujeitos desconhecidos (homens cis gay, e homens cis hetéros); essas relações foram estabelecidas a partir de um diálogo nas redes sociais e/ou aplicativos de relacionamento e aconteceram em suas casas. Houve uma carência, saudades e vontade de ter contato físico, aliviada mediante a masturbação atrelada ao consumo de pornografia.

Observa-se uma preocupação com o isolamento do covid-19, sobretudo, com os riscos, os prazeres, o desejo e o sentimento de “fim de mundo” como um gatilho na decisão durante esse período. Os relatos sobre a sexualidade durante a pandemia enfatizam que as relações estavam menos prazerosas e sendo sufocadas por preocupações sobre o futuro. As bichas pretas solteiras e as que namoram enfatizam que a masturbação era a forma de liberar o tesão. As vivências sexuais mudaram, algumas pessoas estavam em abstinência, outros inovaram e optaram pelo sexo virtual, utilizando-se de chamada de vídeo e troca de nudes pelos aplicativos.

Os dados produzidos servem de incentivo para tratar, não somente das questões de raça, gênero e sexualidades, mas também, da efetiva implementação de uma educação sexual integral como política pública. Entende-se que, para um desenvolvimento saudável da personalidade e sexualidade, são várias as influências (positivas ou negativas) que contribuem para a sua melhor ou pior adaptação à vida adulta. A partir dessa análise, propus saber da iniciação sexual dos participantes:

Lembro. Foi com 14 anos. Não, foi com 13 anos, perdão. E eu lembro nitidamente. Hoje eu consegui, tipo, em termos de consciência de entender que isso foi um abuso, porque eu tinha 13 anos e era um homem de 42. Então, **hoje em dia eu entendo que, tipo assim, foi meio que não um abuso, mas ele era um pedófilo, tá entendendo?** Era um crime o que ele

fez. E aí, realmente, então eu perdi a minha virgindade foi com ele, e, na época, tipo, pra mim era uma outra relação. Eu tava fazendo o que eu queria, não porque eu fui forçada a ter aquilo. Mas e o lugar dele, tá entendendo?” (E4)

“Olha gente... eu **comecei bem... pequeno, por conta dos meus primos**. A gente tava ali na mesma idade, descobrindo tudo isso e aí a gente... Ah olha, acho que uns... 11, 12 anos. (E1)

Como eu sempre reprimi muito isso da minha vida, eu não estou... eu acho que eu reprimi tanto ao ponto de não conseguir parar para pensar isso agora. Mas eu acredito que tenha sido mais na adolescência, **por volta dos 14, 15 anos**, mas sem a penetração e no caso com a penetração foi com 21. (E2)

Os dados e as narrativas evidenciam das quatro participantes desta pesquisa, pelo menos, três vivenciaram a primeira relação sexual ainda em sua adolescência. Pode-se discutir, por sua vez, a maneira violenta e abusiva em que ocorreram, já que pelo modo como se deram essas relações, muitas vezes com um parceiro muito mais velho, eles não foram responsáveis pelo ato e não dispunham de informações sobre cuidado com a saúde, tampouco de prevenção e educação sexual.

Venho buscando refletir, que a primeira grande influência ao nível de desenvolvimento é, realmente, o contexto familiar. Nesse sentido, refletir e compreender como ocorre a aceitação e suporte familiar para uma pessoa negra LGBTQI+, é fundamental para que outras análises possam ser desenvolvidas. Vale ressaltar um aumento de conhecimento sobre diversos aspectos da sexualidade, dos comportamentos e dos riscos de gravidez, HIV e outras IST. Também há fortes evidências que “concluem que a educação em sexualidade melhora as atitudes relacionadas à saúde sexual e reprodutiva” (Unesco, 2016c; 2019).

O processo de construção de políticas públicas educacionais é marcado por ações múltiplas do poder público e da sociedade, não demonstrando avanço significativo no reconhecimento da educação sexual dentro das escolas e outras instituições de ensino. Por sua vez, há uma urgência de se explorar temas como a sexualidade de modo integral, em todos os ambientes, seja na escola, na igreja, na família ou na faculdade, em paralelo a formação docente, a orientação familiar, sendo este mecanismo, fundamental para difusão de uma educação sexual para toda sociedade, uma consciência e um despertar para um cuidado com a

saúde (sem que precise instituir campanhas binárias de gênero em diálogo com o cuidado com a saúde como “outubro rosa” e o “novembro azul”). Trabalhar a educação em sexualidade no âmbito educativo é um processo que se depara com muitos impasses, sobretudo, com resistência no que tange a aceitação e respeitabilidade aos temas que discorrem.

A sexualidade está na sociedade porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desassociado ou algo do qual alguém possa se “despir”. Raramente será possível constatar um significado único para o termo sexualidade, pois seu conceito é representado muito além da fisiologia do sexo, muitas vezes ensinada nas aulas de biologia. O tema da sexualidade abrange fatores como: sexo, afetividade, carinho, prazer, amor, gestos, comunicação, toque, intimidade e o autoconhecimento. A sexualidade é desenvolvida pelo ser humano e permeia todas as fases de sua existência, ainda que esse sujeito, esteja condicionado à “assexualidade”, não está isento de viver e/ou manifestar sua sexualidade.

Assim, a humanidade tem utilizado conceitos para explicar a sexualidade através de contextos históricos, biológicos e culturais, vivenciados em diferentes períodos. Esses diferentes contextos funcionam como norteadores nas relações. (Foucault, 1977, [n.d.]) já afirmava que “a sexualidade é uma interação social, uma vez que constitui historicamente a partir de múltiplos discursos sobre sexo, discursos que regulam, que normatizam e instauram saberes que produzem verdades” (p. 97).

4. COMO APRENDER O QUE NÃO FOI ENSINADO?

Desde sempre, nos é ensinado, que esse é um tema que não deve ser falado perto das crianças, ou que não é apropriado para crianças e/ou adolescentes, isentando-nos de adquirir informação integral e o conhecimento sobre tantos assuntos pertinentes e, quando se chega na adolescência as curiosidades aumentam, mais ainda se tem um distanciamento do assunto, ao seguir para a juventude, existe uma possibilidade de um despertar, tanto quanto, espontâneo para uma vida sexual ativa, sem noções básicas de saúde, de cuidado, de prevenção e sem quaisquer orientação para sexualidade.

Mas quais seriam os direitos sexuais? E como orientar para educação sexual? É preciso caminhar por outras perspectivas, não a comum e tradicional, tampouco, fantasiosas, sob a ideia de que esse é um assunto tabu e/ou não é propício em “determinados ambientes”. É preciso reforçar o tema como um direito da população, que vem sendo negligenciado, por essa política do silêncio. Foi preciso refletir e identificar que os direitos sexuais e orientação para educação sexual, é um direito que precisa ser respeitado e garantido a toda população (Carrara et al, 2015).

É interessante registrar que muitas das conquistas no campo da sexualidade, obtidas para esse grupo atualmente conhecida como população LGBTTQIP+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queer, interssex, e outras mais), foram também possíveis a partir da luta dos movimentos e organizações no início dos anos 70. No Brasil, a organização de grupos pela luta contra a discriminação e o preconceito e pela igualdade de direitos atravessa a segunda metade dos anos 70 (Ribeiro, 2009).

Podemos verificar que, tanto existem avanços, como recuos e perdas, na tentativa de garantir direitos para as pessoas LGBTTQI+. Quanto ao entendimento do que seja saúde sexual e educação sexual, direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Acionamos a atenção para as políticas educacionais, a promoção dos direitos sexuais e de estilos de vida saudáveis que deve ser entendida como o processo permanente de aprendizagem de um modo de vida que garanta o desenvolvimento integral, o bem-estar e o respeito pelos direitos das pessoas. Inclui o desenvolvimento de competências que permitem as pessoas enfrentarem com sucesso as exigências e desafios da vida cotidiana.

5. CONCLUSÕES

Ao finalizar alguns aportes sobre a temática neste artigo, percebe-se que na urgência de continuar a discussão e implementação efetiva das questões de gênero, direitos sexuais e uma educação para sexualidade. Ao olhar mais especificamente, e investigar negritudes, sexualidades e saúde num mesmo contexto de modo a interseccionar, num momento

oportuno, onde atuei, diretamente com pesquisas clínicas, em articulação com os movimentos sociais, sustentou esta iniciativa de investigação, servindo de base para estudos semelhantes com até mais formas criativas de analisar as questões que envolvem informações sobre a saúde da população negra LGBTQIAP+.

Dessa forma, se faz necessária uma elaboração sobre as melhores abordagens e estratégias para reforçar as capacidades de comunicação dos riscos na ocorrência de acesso de serviços de atenção primária em saúde, contribuindo como uma ferramenta eficaz na divulgação de informações seguras e no enfrentamento aos estigmas e notícias falsas e desinformação (Tramontano e Nascimento, 2023).

Pensar corpos negros é uma tarefa, mas pensar corpos pretos dissidentes da norma padrão de gênero em um país com um dos maiores índices de mortes por racismo, feminicídio, homofobia e transfobia é um caminho para construção de um saber acadêmico e científico engajado e situado.

As entrevistas encontraram uma forma neste processo, onde assumiram um papel norteador do que queremos, de onde viemos e onde queremos chegar. É necessário manter uma postura de enfrentamento e superação dos problemas vivenciados pela comunidade, que são estabelecidos nas relações de opressão, violências, negação de direitos, desigualdades e preconceitos. Isto só é possível a partir do acesso à informação e do pleno exercício da participação e do controle social.

REFERÊNCIAS:

CARRARA, Sergio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Rev Mana**. 2015; 21 (2): 323-345.

FERRARI, Wendell. **Nas tramas da sexualidade**: um estudo sobre trajetórias afetivo-sexuais de homens jovens gays. 2021. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFF/Fiocruz.

FERREIRA, Breno de Oliveira; NASCIMENTO, Marcos. A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 3825-3834, 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977, p. 28-97.

GIOVANELLA, Lúgia (org.) **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

GONÇALVES, Rafael Soares. Porto Maravilha, renovação urbana e o uso da noção de risco: uma confluência perversa no Morro da Providência. **Revista de Direito da Cidade**, 14(3), 1884–1905.

RABHA, Nina, **Centro do Rio: Perdas e ganhos na história Carioca**. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2006.

SOBRINHO, André Luiz; ABRAMO, Helena Wendel; VILLI, Marisa de Castro. **Jovens e saúde: revelações da pandemia no Brasil 2020-2022**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022.

TRAMONTANO, Lucas; NASCIMENTO, Marcos Antônio Ferreira do. “Aqui na favela, nada parou”: percepção da pandemia de COVID-19 por homens jovens do Complexo da Maré, RJ, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 3715-3724, 2023.

SOARES, Luciano Silveira. **Cuidado em saúde e transfobia: percepções de travestis e transexuais de duas regiões do Rio de Janeiro: Maré e Cidade de Deus, sobre os serviços de saúde**. 2018. Dissertação. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz.

UNESCO. **Education for people and planet: creating sustainable futures for all**. Paris, 2016. Disponível em: <http://gem-report2016.unesco.org/en/home/>

_____. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências**. Brasília: UNESCO, 2019.

Submetido: 01/02/2024

Aprovado: 14/04/2024